PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 14ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar
Data: 28 de fevereiro de 2018
Horário: 09h37 às 12h05

Pauta:

- ✓ Plano de Ordenamento Territorial (POT);
- ✓ Plano Específico Santo Amaro Norte;
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: João Domingos Azevedo, José Fernandes Júnior, Sandra Nunes, Maurício Guerra e Norah Neves.
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Luis de La Mora (UFPE), Danielle Rocha (UFPE) e Ronaldo Coelho (HABITAT).
- ✓ Dos Conselheiros representando o empresariado: Sandro Guedes (ADEMI/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Leonardo Cisneiros (DU).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: José Fernandes (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Carlos Alberto Carneiro (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Jéssica Yale (Poder Público), Arnaldo Santana (Poder Público), Fernando de Alcântara (Poder Público), Cezar Lopes (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Maurício Guerra (poder Publico), Glória Brandão (Poder Público), Eliane Cabral (Poder Público), Maria Helena (Poder Público), Luana Varejão (Gabinete Ivan Moraes), Catarina Jucá (Diagonal - JW), Ana Rúbia (UFPE), Sandra Pires (OAB/PE), Izabelly Oliveira (UFRPE), Ana Beatriz de Araújo (UNICAP), André Torres (Resiste Santo Amaro), Tereza Maria (CPDH), Felipe Cury (Resiste Santo Amaro) e Luan Silva (UFPE).

Resumo da reunião:

- ✓ João Domingos (Poder Público) iniciou a reunião às 09h37, logo após confirmação do quórum. Fez a abertura, dando as boas-vindas aos presentes e, em especial, ao professor Luis de La Mora (UFPE), por seu retorno à Câmara Técnica. Em seguida, apresentou a pauta da reunião: 1) Plano de Ordenamento Territorial (POT) e 2) Plano Específico Santo Amaro Norte.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 14ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

1) Plano de Ordenamento Territorial (POT)

- ✓ Sobre o Plano de Ordenamento Territorial (POT), João Domingos (Poder Público) fez uma apresentação síntese com três pontos principais: 1) esclarecimentos sobre o processo de elaboração do POT; 2) considerações sobre o modelo de cogestão do POT e 3) as próximas etapas do processo.

- ✓ Esclareceu o escopo do Plano de Ordenamento Territorial, suas etapas, principais marcos do processo e os produtos esperados. Falou também dos aspectos relacionados à coordenação técnica, o papel da empresa contratada para dar suporte ao desenvolvimento do Plano e as instâncias de cogestão do processo de elaboração.

- ✓ Com relação a este último ponto fez referência a uma solicitação de entidades dos movimentos sociais, encaminhada à secretaria do Conselho da Cidade e ao ICPS, com considerações e proposições sobre a participação social e o papel da Câmara Técnica de Planejamento como instância de gestão compartilhada, ou cogestão, entre o poder público e a sociedade civil do processo de elaboração do POT. Propôs que essa instância seja realizada por um Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído no âmbito do Conselho da Cidade, uma vez que a formação desse grupo tem respaldo na lei que regulamenta o Conselho.

- ✓ Propôs que o Grupo de Trabalho tenha 15 membros sendo os representantes indicados segundo a proporção estabelecida para os segmentos no Conselho da Cidade, ou seja: 06 representantes do poder público, 03 das entidades profissionais, 02 do empresariado e 04 das entidades sindicais e movimentos sociais.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) perguntou se o número proposto de membros do GT está previsto no regimento do Conselho. Em caso de não previsão, propôs que a composição do GT tenha um número par, pois considera proporcionar maior equilíbrio para esse tipo de grupo.

- ✓ Ronaldo Coelho (HABITAT) defendeu a proposta de Luis de La Mora (UFPE), sugerindo que as entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, conselhos profissionais e ONGs tenham cada uma um representante.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) concordou com a proposta de formação do Grupo de Trabalho e referendou a proposta de Ronaldo Coelho (HABITAT), pois avalia interessante estabelecer um maior número de representantes da sociedade civil. Sugeriu também aumentar a representação do poder público, por entender que outras áreas das políticas públicas devam ser representadas.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) concordou com a formação do Grupo de Trabalho, mas ponderou que o grupo deva ser um espelho da composição do Conselho da Cidade, mantendo a proposta original de 15 membros.

- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) avaliou que a proposta de Ronaldo Coelho (HABITAT) é coerente, e que a Prefeitura da Cidade do Recife terá seus momentos de discussão específica e não acha adequado aumentar sua representação no GT.

- ✓ Sandra Pires (OAB/PE) analisou que o Grupo de Trabalho é adequado para esse tipo de condução. Em relação ao número de componentes do GT, avaliou que a proposta de 16 membros, com mais uma representação para ONG, atende aos objetivos do trabalho.

- ✓ João Domingos (Poder Público) registrou que a constituição do grupo de trabalho é um consenso entre os membros da Câmara Técnica. Entendeu que quanto à quantidade de membros que deverão compor o grupo de trabalho, há três propostas: a proposta original apresentada com 15 membros, outra com 16 membros e uma terceira com 18 membros.

- ✓ Gloria Brandão (Poder Público) sugeriu que todos concordassem com a proposta de 16 membros, retirando as demais, considerando que ela estaria representando melhor os segmentos do Concidade.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) e Sandro Guedes (ADEMI/PE) retiraram suas propostas e ficou decidido que o GT será constituído por 16 membros, sendo: 06 representantes do poder público, 04 de entidades profissionais, 02 do empresariado e 04 de entidades sindicais e movimentos sociais, totalizando 10 membros da sociedade civil.

- ✓ João Domingos (Poder Público) explicou que a proposta de formação do Grupo de Trabalho deverá ser encaminhada à plenária do Conselho da Cidade para sua aprovação como Resolução e para a indicação dos membros componentes do GT. Acrescentou que a Resolução a ser apresentada no Conselho da Cidade deverá conter um prazo para a vigência do GT, que poderá ser de, no mínimo, 12 meses. Esta proposta foi aceita por todos.

- ✓ Outro aspecto abordado foi referente à composição do GT contemplar titulares e suplentes, observadas as disposições da lei e regimento do Concidade de que estes devem ser escolhidos dentre os membros do Conselho.

- ✓ Danielle Rocha (UFPE) avaliou que a composição do GT deva ter suplência.

- ✓ Glória Brandão (Poder Público) levantou o questionamento sobre o tipo de suplência, se seria da entidade ou do segmento.

- ✓ João Domingos (Poder Público) ponderou que a suplência deva ser da mesma entidade.

- ✓ Sandra Pires (OAB/PE) ponderou que há consenso sobre a participação apenas de conselheiros no grupo de trabalho, mas quanto à questão da suplência, poderá se observar outras experiências.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) sugeriu que a titularidade seja definida pela entidade e a suplência seja pelo segmento.

- ✓ Ronaldo Coelho (HABITAT) ponderou que para esse tipo de Grupo de Trabalho, uma suplência pode atrapalhar o processo caso o suplente não acompanhe a evolução dos trabalhos junto ao titular.

- ✓ Maurício Guerra (Poder Público) ponderou que pelo tempo de trabalho previsto (um ano) deva haver uma suplência, pois nem sempre o titular poderá estar presente.

- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) avaliou que tanto para o conselho, quanto para a câmara, trabalha-se com titular e suplente, pois sempre haverá imprevistos e a suplência será um suporte para evitar ausências.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu que essa questão não seja definida no momento, podendo ser retomada na próxima reunião da Câmara Técnica.

- ✓ João Domingos (Poder Público) observou que a maioria tende a aceitar a representação de uma suplência. Acrescentou que com relação ao direito de voto no GT, acredita que este deverá caber ao titular ou ao suplente apenas na ausência daquele.

- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) sugeriu que seja incluída na minuta da resolução a exclusão da entidade que não participar das reuniões.

- ✓ João Domingos (Poder Público) sugeriu que a Câmara Técnica forme uma pequena comissão para elaborar uma proposta de resolução a ser discutida na próxima reunião, juntamente com a finalização da análise e validação pela CT da proposta de regulamentação do EIV.

- ✓ Ronaldo Coelho (Habitat) se habilitou junto com Glória Brandão (Poder Público) a elaborar a resolução.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) perguntou sobre a participação da empresa contratada no GT.

- ✓ João Domingos (Poder Público) esclareceu que será formado um grupo de trabalho interno da prefeitura com representantes de diversas secretarias para atestar o trabalho da empresa, justificando que a responsabilidade contratual cabe à Prefeitura da Cidade do Recife.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) argumentou sobre a transparência do processo, sugerindo que o GT tenha acesso às atas de avaliação sobre o trabalho da consultora.

- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) esclareceu que os produtos da consultoria serão avaliados pelo poder público. Considerou que devem ser definidas as atribuições do GT, salientando que a interlocução com a consultoria cabe à Prefeitura da Cidade do Recife.

- ✓ Maurício Guerra (Poder Público) reafirmou que o processo deverá ser transparente e participativo, sendo os documentos produzidos apresentados para discussão do GT e do Conselho da Cidade.

- ✓ Sandra Pires (OAB/PE) ressaltou a importância da participação social e que isso se dará nas oficinas e nas discussões do conselho, ou seja, nas diversas instâncias participativas.

- ✓ Ficou acertado que Glória Brandão (Poder Público) e Ronaldo Coelho (HABITAT) trarão uma minuta de resolução para a formação do Grupo de Trabalho para apresentar na próxima reunião da CT.

2) Plano Específico Santo Amaro Norte.

- ✓ João Domingos (Poder Público) informou que o Plano Santo Amaro Norte, em função dos questionamentos apresentados nas audiências e reuniões realizadas, sobretudo quanto aos meios para viabilização das intervenções previstas, notadamente na ZEIS, está sendo objeto de novos estudos. Estes estudos consideram a possibilidade de ampliação do território de influência do Plano e a utilização do instrumento da Operação Urbana Consorciada. Entretanto, outros estudos são necessários, a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental, os quais demandam recursos que no momento atual a Prefeitura não dispõe, em função de previsão orçamentária já fechada.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) informou que a instituição da COMUL da ZEIS Santo Amaro está sendo discutida no âmbito do Fórum do Prezeis.

- ✓ Felipe Cury (Movimento Resiste Santo Amaro) perguntou se o Plano está congelado. Ressaltou que há interesse da comunidade em participar mais efetivamente da elaboração do Plano, sobretudo no que se refere à utilização de instrumentos urbanísticos como a operação urbana.

- ✓ João Domingos (Poder Público) afirmou que assim que forem concluídos os estudos, estes serão apresentados para discussão no Concidade.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) destacou que a operação urbana requer a constituição de uma comissão para seu acompanhamento e que essa questão deveria ser observada em Santo Amaro.

- ✓ João Domingos (Poder Público) argumentou que a discussão sobre o instrumento operação urbana poderá ser feita de forma mais genérica. Sobre a possibilidade da aplicação deste instrumento no Plano Específico Santo Amaro, considera que só deverá ser feita quando da conclusão dos estudos em andamento.

- ✓ Glória Brandão (Poder Público) considerou que essa discussão é muito importante e deve avançar no Plano Diretor. Destacou também a importância da formação da COMUL da ZEIS Santo Amaro.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) perguntou como ficará a articulação do Plano Específico Santo Amaro com a revisão do Plano Diretor.

- ✓ João Domingos (Poder Público) considerou que o Plano Diretor contribuirá muito para o planejamento do território de Santo Amaro, mas que não há um condicionamento específico entre os dois planos. Perguntou sobre o posicionamento dos conselheiros a respeito de dar seguimento ao Plano Específico Santo Amaro, caso haja essa possibilidade, independentemente da conclusão do Plano Diretor.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) ressaltou que a revisão do Plano Diretor poderá contribuir com a regulamentação específica para o território de Santo Amaro.

- ✓ Foi acordado que a próxima reunião da Câmara Técnica de Planejamento terá como pauta a continuidade do debate sobre a regulamentação do EIV e a aprovação da proposta de resolução para criação do GT POT Concidade.

Encaminhamentos:

- ✓ 07.03 – Reunião da Câmara Técnica de Planejamento: continuar o debate sobre a regulamentação do EIV e aprovação da proposta de resolução de criação do GT POT Concidade;

Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Danielle Rocha (UFPE)	
João Domingos Azevedo (Poder Público)	
José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Luis De La Mora (UFPE)	
Maurício Guerra (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Ronaldo Coelho (HABITAT)	
Sandra Nunes (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI)	